



Darcy (à direita) comparou a educação nacional à de Bangladesh. Benedita e Emília Fernandes pediram prazo para discutir LDB

Esquenta debate sobre educação

Projeto da LDB provocou intensas discussões na reunião conjunta das Comissões de Justiça e Educação. E promete muita polêmica para a retomada da sessão, às 10 horas de hoje

Comissão aprova o planejamento familiar

A proibição de esterilização para fins de controle demográfico é o que estabelece projeto de lei que fixa regras para o planejamento familiar, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A proposição regula o art. 226 da Constituição e também impede a esterilização cirúrgica indiscriminada de

mulheres, prevendo penas de dois a oito anos de reclusão para as pessoas envolvidas na prática irregular de esterilização.

A matéria assegura os limites e as condições para a execução do planejamento familiar, visto como um direito da mulher, do homem, ou do casal de regular a fecundidade e garantir sua condição de determinar a constituição, limitação ou aumento de sua prole.

Projeto cria fumódromo

“O Ministério da Saúde adverte: fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar.” Essa dura advertência poderá acompanhar as propagandas de cigarro, caso o Congresso aprove um projeto que passou hoje na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

O projeto obriga todas as

repartições públicas, hospitais, postos de saúde, escolas, bibliotecas, teatros e cinemas a destinarem áreas para fumantes, os conhecidos “fumódromos”. Fica também proibido o fumo de cigarros, cigarrilhas, cachimbos ou charutos em ônibus e aviões, exceto se tiverem partes dos assentos destinados exclusivamente a fumantes.

Em função da introdução de mudanças de última hora no projeto substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), relator da matéria, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação do Senado decidiram adiar para esta quinta-feira a discussão final do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O assunto provocou intensas discussões, ontem, na reunião conjunta das duas comissões e promete muita polêmica para a retomada da sessão, às 10 horas de hoje.

Em defesa de seu parecer, o senador Darcy Ribeiro enfatizou a grande crise em que se debate a educação no Brasil e comparou a situação

do país nessa área a carências somente observadas de forma tão grave em Bangladesh.

O parlamentar lembrou a importância e a urgência de se rever a legislação que regula a educação nacional, lamentando a falta dos antigos cursos normais e denunciando o despreparo na formação de professores e as enormes carências enfrentadas pelos alunos, nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior).

Diversos senadores, como Esperidião Amin (PPR-SC), Emília Fernandes (PTB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Roberto Freire (PPS-PE), pediram mais tempo para discussões em torno do projeto.

NESTA EDIÇÃO

Senadores cobram solução para agricultura

Página 3

Coutinho e Ademar criticam vetos a Orçamento

Página 4

Aprovada regulamentação de banco de olhos

Página 2

Aprovado projeto que regulamenta funcionamento de banco de olhos

Proposta estabelece as regras e a estrutura que devem ter as entidades aptas a facilitar as doações e preservação de olhos

Projeto que regulamenta a criação e funcionamento de bancos de olhos foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, nos termos de substitutivo do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O projeto original, já aprovado pela Câmara e de autoria da então deputada e hoje senadora Benedita da Silva (PT-RJ), estabelece as regras e a estrutura que de-

vem ter os bancos de olhos como entidades aptas a facilitar as doações, exame, avaliação e preservação dos olhos doados para finalidades terapêuticas e científicas.

Na mesma reunião, a Comissão aprovou projeto da Câmara que proíbe a exigência de carta de fiança para admissão de empregado. A relatora do projeto, senadora Benedita da Silva, considerou,

em seu parecer, a exigência totalmente descabida, uma vez que as empresas já dispõem de instrumentos legais suficientes que asseguram ao empregador aquela mesma garantia que ele busca com a carta de fiança.

Também foi aprovado projeto que isenta idosos e aposentados do pagamento de taxa para obtenção de licença de pescador amador.

Frente vai combater privatização da Vale

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, anunciou ontem em plenário a criação de uma frente parlamentar suprapartidária em defesa da estatal. Argumentou que a Vale não pode ser transferida à iniciativa privada sem que

essa tentativa por parte do governo seja amplamente discutida no âmbito do Legislativo.

Júnia Marise disse que a Vale do Rio Doce, constituída por um conglomerado de 71 empresas, não poderá ser leiloadada com a avaliação estipulada pelo governo, que considerava bastante irrisória.



Júnia: avaliação oficial irrisória

Indicação de embaixadores é confirmada

O Senado aprovou em votação secreta, durante a sessão ordinária de ontem, mensagens do presidente da República indicando diplomatas para embaixadores do Brasil em três países. Para as embaixadas no Quênia, em Cingapura e na Namíbia os indicados são, pela ordem, os ministros de primeira classe Mário Augusto Santos, Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos e José Ferreira-Lopes.

Na mesma sessão, em votação nominal, o Senado também aprovou as mensagens presidenciais reconduzindo Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo e Leonaldo Silva ao cargo de ministro classista temporário do Tribunal Superior do Trabalho, como representantes dos trabalhadores, no triênio 1995 a 1998. Foi aprovada ainda a indicação do nome de Maurício Monteiro Sant'Anna e José Zito Calazans Rodrigues, para compor o TST como suplentes de ministro classista temporário.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversos acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil e o Parecer nº 89/95, da CCJC, sobre o processo parlamentar para apurar fatos atribuídos ao senador Ermandes Amorim.

19h - Sessão do Congresso

Pauta: Apreciação de 25 vetos e 7 MPs.

COMISSÕES

8h30 - Comissão Mista

Pauta: Examinar a MP nº 967/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

9h - Comissão Especial

Pauta: Exame do PLC nº 73/94 (nº 3.710/93, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação

Pauta: PLC nº 101/93, que "fixa diretrizes e bases da Educação Nacional". Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se, dentre outras, o PLS nº 56/95 (terminativo), que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências; e o PLC nº 29/94 (não terminativo), que dá nova redação ao inciso V do art. 3º da Lei nº 7.256/84, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Matérias de competência da comissão.

10h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião destinada a ouvir o depoimento do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Dinarte Nobre de Madeiro. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial

Pauta: Reunião "destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil".

10h - Especial: Ciclo de Palestras sobre Comunicação Social e Marketing Político.

Pauta: Conferência sobre "A Imagem do Político e o Comportamento ante a Mídia, dentro de uma Visão de Marketing", proferida pelo professor Gaudêncio Torquato. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Osmar Dias critica descaso do governo com agricultura

Resultado de reunião na Fazenda provoca protestos de senadores

Integrante do grupo de parlamentares que negocia com o governo uma solução para a crise do setor agrícola, o senador Osmar Dias (PP-PR) afirmou ontem, analisando reunião ocorrida terça-feira no Ministério da Fazenda, que "há hipocrisia de sobre nos vários lados que discutem essa questão".

Longos diagnósticos, "reuniões que se concluem com a realização de outras reuniões, e assim consecutivamente", insensibilidade, desconheci-

mento de que o calendário agrícola é determinado pelas estações e pelo clima e ausência de ministros, em "descaso não com os parlamentares, mas com os agricultores" compõem o quadro desenhado pelo senador.

Vários senadores apartaram Osmar Dias. O senador Levy Dias (PPR-MS), que atacou diretamente o ministro da Fazenda, Pedro Malan, provocou uma condenação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O líder do governo, Elcio Álvares (PFL-ES), reiterou que o governo não está insensível à situação da agricultura.

Gerson Camata (PMDB-ES) solidarizou-se com Osmar Dias em seu "esforço patriótico" na defesa da agricultura. Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), as dificuldades da agricultura explicam-se por seu afastamento do centro do poder, concentrado nas mãos dos banqueiros e empresários paulistas, segundo ele.



Odacir Soares

Punição para ofensas a parlamentar

Ofender a integridade física ou a saúde de um deputado federal ou de um senador será considerado crime contra o livre exercício do Poder Legislativo, se aprovado projeto encaminhado à tramitação pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). A matéria prevê penas que vão de dois a 30 anos de prisão (em caso de morte), dependendo da gravidade da lesão provocada. O processo e o julgamento dos autores desses delitos caberão à Justiça Federal.

Segundo Odacir Soares, a recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional e dos membros do Poder Legislativo foi um dos grandes avanços da Constituição de 1988, faltando apenas que se tomem as providências legais que adicionem proteção àqueles que exercem mandato popular. "Não são poucos os casos conhecidos de agressões a parlamentares, por alguns que, assim agindo, pensam poder impedir o livre exercício do Poder Legislativo", lembra o senador na justificativa do projeto.

Lúdio: Juros altos reduzirão a safra

"O Executivo não tem a menor compreensão da gravidade dos problemas enfrentados pelo setor rural e quer segurar a inflação com a agricultura", lamentou, em plenário, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). O senador tem participado, junto com outros parlamentares, de longas reuniões com assessores do governo, na tentativa de se chegar a um acordo quanto à taxa de juros que deve ser aplicada a financiamentos agrícolas.

Depois de afirmar que no mundo inteiro a agricultura recebe empréstimos com juros anuais de 6%, Lúdio Coelho advertiu que a insistência das autoridades em cobrar juros



Lúdio Coelho

superiores a 30% ao ano levará a uma queda brutal na próxima safra de grãos. "A responsabilidade por uma safra minguada será exclusivamente do governo", ressaltou.

A decisão do governo de reduzir as tarifas de importação de

alimentos não tem cabimento, na opinião do senador. Para Lúdio Coelho, trata-se de uma tentativa de colocar os agricultores brasileiros numa competição desleal, pois o Brasil não apresenta níveis de produtividade praticados nos países desenvolvidos, já que são inibidos pelo alto custo do dinheiro. Observou que "o pessoal do governo parece desconhecer que a agricultura cria empregos em cadeia - no setor rural, nas indústrias, nos serviços." Lúdio Coelho alertou que a próxima safra brasileira de trigo deverá ser uma das menores das últimas duas décadas, por causa do produto importado a preços baixos e praticamente sem impostos.

Torquato falará sobre marketing político para senadores e assessores

"A Imagem do Político e o Comportamento ante a Mídia, dentro de uma Visão de Marketing" é o tema de conferência a ser proferida pelo professor Gaudêncio Torquato, nesta quinta-feira, para os senadores e assessores dos gabinetes. A finalidade da palestra, a ser realizada a partir das 10h, na sala

2 da Ala Senador Nilo Coelho, é debater a visão que a opinião pública tem do Senado.

Essa conferência faz parte do Ciclo de Palestras sobre Comunicação Social e Marketing Político, iniciado no mês passado com uma exposição do publicitário Manro Salles, que falou sobre "A Imagem do Se-

nado e o Posicionamento dos Senadores". A iniciativa desse ciclo de palestras, organizado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, está dentro dos objetivos anunciados pela Mesa Diretora da Casa de modernizar a instituição e aperfeiçoar sua imagem junto à opinião pública.

HOMENAGENS - O líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES) manifestou seu apreço à atividade dos taquígrafos, no dia a eles dedicado. A equipe do Senado mereceu destaque especial.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou que 4 de maio é o Dia Internacional da Liberdade de Expressão. Ele homenageou a imprensa, sindicatos, câtedras e o Parlamento.

Coutinho protesta contra veto a emendas

Para senador, o ministro José Serra, que é um técnico competente, errou ao vetar emendas ao Orçamento já discutidas e formalizadas globalmente

Jefferson Peres condena limitação a importações

A decisão do governo de limitar em US\$ 2 bilhões as importações anuais pela Zona Franca de Manaus (Suframa) foi duramente criticada em plenário pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM). "Esse limite foi baixado de surpresa, sem a menor consulta aos governadores da Amazônia. Esse contingenciamento de importações trará de volta a corrupção e o tráfico de influência", adverte o senador.

A contenção de importações pela Suframa, na opinião de Jefferson Peres,

desestimulará os investimentos na região, pois gera insegurança nos empresários. "Quanto esse paliativo trará de alívio na balança comercial? Uns US\$ 100 milhões? Vale a pena o sacrifício? Ninguém chamou os representantes do Amazonas para discutir os efeitos da medida."

Jefferson Peres, depois de lembrar que pertence ao partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, disse que não vai ficar em silêncio quando ministros sufocam a Amazônia.

O senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) criticou com veemência a metodologia adotada pelo governo para execução do Orçamento de 1995, salientando que os cortes promovidos pelo Ministério do Planejamento não têm respaldo constitucional e representam ameaça grave ao desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

"O ministro José Serra, que é um técnico competente, errou ao vetar emendas já discutidas e formalizadas globalmente, que iriam beneficiar regiões pobres com projetos de desenvolvimento. Todas foram frutos de discussões com governadores, prefeitos e parlamentares, e tornaram-se prioridades, aguardando apenas a liberação de recursos pelo governo", protestou Coutinho.

Os cortes promovidos pelo Planejamento, na opinião do senador, ferem o artigo 165 da Constituição, que prioriza in-

vestimentos para reduzir desigualdades inter-regionais de acordo com o critério populacional. "A quantidade de vetos afeta programas e desafia a Constituição", apoiou o senador Levy Dias (PPR-MS) em aparte, cobrando uma definição do governo sobre o que é emenda prioritária, já que estas também sofreram vetos. Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Ademar Andrade (PA), líder do PSB, também concordaram com as críticas orador.

A propósito, Coutinho Jorge lembrou que, atendendo requerimento de sua autoria, o ministro do Planejamento virá ao Senado dia 11, quinta-feira, para prestar esclarecimentos sobre os quatro principais pontos que norteiam o Orçamento da União, segundo a legislação atual: a Comissão de Orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual e o próprio Orçamento.

Cafeteira quer o BB livre do Tesouro

Requerimento apresentado ontem à Mesa pelo senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPR, pede ao ministro da Fazenda informações sobre as dívidas que o Banco do Brasil foi obrigado a assumir em nome do Tesouro Nacional. Cafeteira afirmou que, se o Banco do Brasil quer mesmo fechar agências que considera deficitárias, deve antes suspender qualquer negociação com o Tesouro, o cliente "que mais lhe dá prejuízos".

O senador quer conhecer todos os empréstimos do Banco do Brasil a empresas estatais existentes, em liquidação ou extintas, além de todos os pagamentos que o BB fez no exterior para honrar dívidas de companhias do governo.

Ademar Andrade pede votação

O senador Ademar Andrade (PSB-PA) apelou ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, para que coloque em votação os vetos presidenciais ao Orçamento Geral da União. Os vetos impedem a re-



Ademar Andrade

realização de obras emergenciais na região Norte e precisam ser derrubados, argumentou ele.

O senador José Sarney explicou que, ao assumir, encontrou em tramitação no Con-

gresso "vetos acumulados desde 1990". A adoção da cédula única agilizou a pauta de votações, mas, pela ordem, as sessões do Congresso Nacional apreciaram os

vetos apostos em 90, 91, 92 e 93, "ingressando agora no ano de 1994".

Há 5.640 vetos ao Orçamento Geral da União para 1995. Em cédula única, ela teria mais de 100 páginas.



Humberto Lucena

Livre comércio para Cabedelo

Proposta para a criação de uma área de livre comércio de importação e exportação no município de Cabedelo, na Paraíba, foi apresentada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que pretende, assim, promover o desenvolvimento da região. Ao Poder Executivo caberá delimitar a área, 90 dias após a aprovação do projeto.

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho

Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.